



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

Reunião Ordinária
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
03/09/2018
CEDM/PR

Aos três dias do mês de Setembro do ano de 2018, às 10 horas e 30 minutos em primeira convocação, na Sala de Gestão do 7º andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS**, localizada no Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba – PR, estiveram reunidas as Conselheiras que integram o **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM**, convocadas especialmente para essa ocasião, a Reunião Ordinária referente ao mês de Setembro/2018. A abertura desse evento se deu através da saudação da **Conselheira Vice-Presidente, Carmem Regina Ribeiro**, representante da **Rede Feminista de Saúde**. • **Auto apresentação** com as seguintes presenças: Lívia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR), Maria Elvira de Araújo (ASSEMPA), Maria Lúcia Gomes (Cons. Suplente – ASSEMPA), Jussara Fátima Ribeiro (Emater – SEAB), Maria Marucha S. Vettorazzi (FETAEP), Ilinice Barichello (SEDU Suplente), Lirani Maria Franco (APP-SINDICATO), Anacélie de Assis Azevedo (CUT), Melissa Colbert Bello (SEED), Débora Branco Godinho Castro (Suplente – UBM), Ana Zaiczuk Raggio (SEJU), Dra. Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil), Raquel Kovac de Muzio Carvalho Bampi (SESA), Fabiana Longhi Vieira Franz (SEDS), Marcell de Camargo (Suplente Central Integrada de Apoio Familiar), Lenise Rosseto da Silva (SEPL), totalizando **17 Conselheiras**. Colaboradores/convidados: Isadora E. Tarrega (SEDU processo de nomeação não formalizado), Janaina de O. (Estagiária – Min. Público/ PR – CAOP), Flávia Cordeiro Portela (SEDS), Dra. Danielle M. Vieira (Assessoria Jurídica/SEDS), Juliana Müller (SEC/CEDM), Regina Amasilles (SEC/CEDM) e Maria Letícia Zavela Delle (CPM/SEDS). • **Apreciação da pauta**: Aprovada com a inserção do ofício nº 095/2018 do TRE, referente à publicação do Plano Estadual. Nesse primeiro momento, apresentou-se ao plenário a Conselheira **Flávia Bandeira Portela** assumindo na oportunidade a Coordenação da Política da Mulher, em substituição à Delegada **Ana Cláudia Machado** que exonerou-se do cargo. • **Apreciação da Ata da Reunião do mês de Agosto** – Considerada **aprovada**. • **Informes da Secretaria Executiva: Justificativas de Ausência recebidas**: Giana de Marco – Grupo Dignidade; Maria Isabel – UBM; Patrícia Lessa, Eliane Rosa – UEM e Alessandra Gama – SEET. Ofícios recebidos: 20/08/2018 - Ofício 383/2018 – SEJU/ Solicita substituição da conselheira titular Silvia Cristina Xavier por Giselle Camargo (processo em trâmite); 24/08/2018 - Protocolo 15.327.509-2 – SESP - Solicita substituição da conselheira suplente Sâmia Cristina Coser, por Eliete Aparecida Kovalhuk (processo em trâmite); 31/08/2018 - Ofício 095/2018 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Resposta ao ofício do CEDM referente a consulta e autorização para publicação, impressão e lançamento do Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Estado do PR. • **4 – Pauta Permanente: Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – acompanhamento das ações/ SEJU – apresentação da conselheira Ana Z. Raggio/ Departamento de Direitos Humanos e Cidadania**: - **Eixo 2 – Fortalecimento/ Universalidade – Objetivo - 2.6 Produção de informações para maior efetividade das políticas públicas – Ação: 2.6.5 Sistematizar e disponibilizar em ferramenta de business intelligence, informações dos registros de denúncia de mulheres vítimas do tráfico de pessoas – Meta: 01 relatório analítico/ prazo – anual. Ações realizadas: Adaptação do instrumental para registro dos casos por gênero e o estudo para integração dos registros em relação ao B.I. sobre violência contra mulher. Ana Z. Raggio ressaltou que o B.I é uma ferramenta que faz cruzamento de informações, não sendo disponível à consulta. Informações relevantes em torno de 80% dos casos atendidos são mulheres em trabalho escravo e vítimas de tráfico. Eixo 3 - Enfrentamento a Violência – Objetivo - 3.2 Qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência – **Ação: 3.2.4 Articulação para criação do posto avançado de atendimento humanizado às mulheres vítimas de tráfico de pessoas. Meta: 1 posto de atendimento até 2021. Ações realizadas: Realização de reunião com a Prefeitura, secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Assistência Social de Foz do Iguaçu; - Realização de reuniões com a Prefeitura de Curitiba e articulação com a Câmara Municipal de Curitiba; Campanha Coração Azul contra o tráfico de pessoas; • Iluminação do Jardim Botânico • Divulgação de cartazes nos ônibus – A cor azul refere-se à****



50 orientação da ONU • Em Julho, Seminário referente à Capacitação da **Polícia Rodoviária Federal**. Ação a
51 ser desenvolvida nas Cataratas e em Maringá • Iluminação do Cisto em Guaratuba e Portal de São José dos
52 Pinhais – e outros. A conselheira informou sobre a existência de postos de atendimento ao imigrante, assim
53 estão ocorrendo essas reuniões e articulações para a criação de postos específicos, onde não seria uma ação
54 do Estado e sim da prefeitura. A conselheira **Carmem Regina Ribeiro (vice-presidente/ Rede Feminista de**
55 **Saúde)** mostrou-se preocupada de deixar essa ação à prefeitura, já que os serviços municipais encontram-se
56 sobrecarregados, principalmente na área da Justiça. Buscando esclarecer, a **Conselheira Ana Z. Raggio**
57 comentou que ao perceber uma situação de tráfico, é realizado a acolhida e os devidos encaminhamentos a
58 qualquer migrante. Objetivo - 3.3 Sensibilização e reeducação para interrompimento do ciclo de violência; 3.4
59 Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações de enfrentamento à violência e cultura da paz;
60 Ação: 3.4.8 Instalar a Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Análogo ao Escravo no Paraná, garantindo
61 encontros intersetoriais sistemáticos, visando a prevenção, repressão e atendimento às vítimas diretas e
62 indiretas/ Meta – 1 comissão implantada/ prazo – 2018. Ação realizada – Comissão criada pelo Decreto nº
63 8.460, de 07 de dezembro de 2017 - Comissão para erradicação do Trabalho Escravo no Paraná - Compõem
64 a Comissão: SEJU/SEAB/SEMA/SESP/SEED/SESA/SEDS/SEET. • **Item 5 - Relato da Comissão**
65 **Organizadora da Reunião Ampliada**, realizado pela conselheira Anacélie de Assis Azevedo. A comissão
66 reavaliou a programação com a realização de alguns ajustes:- Atividade Cultural – A conselheira Maria Elvira
67 de Foz do Iguaçu passará o contato de um grupo de mulheres da região.- **Tema: I Encontro Estadual dos**
68 **Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher - Programação: Manhã:** - Apresentação sobre o CEDM/PR
69 e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres;- Atuação dos organismos municipais de Políticas para as
70 Mulheres e o Lançamento do Guia de Criação dos Conselhos. **Tarde:** - Orientações sobre o funcionamento
71 dos Conselhos Municipais;- Boas Práticas Municipais no trabalho com direitos das Mulheres (abrir inscrição de
72 trabalhos aos CMDM/ organismos sociais/ movimentos) com a realização de trabalho em grupo (definir roteiro
73 de trabalho).- **Datas/ Propostas:** 21 e 22/11 ou 27 e 28/11 – sem a realização da reunião de Dezembro
74 agendada para o dia 04/12. - **Local:** Foz do Iguaçu / verificar junto ao ER de Foz, a disponibilidade do local. -
75 **Orçamento:** Verificar a disponibilidade do orçamento junto à diretora geral da SEDS.- **Mobilização:** Envio de
76 convites por e-mail, mobilização junto aos movimentos sociais da região, apoio do ER de Foz de Iguaçu, SEC
77 e CPM/SEDS na realização da divulgação com contatos telefônicos junto aos municípios e aos CMDM. - **Coffe**
78 **Break:** Verificar com parceiros locais/- **Materiais de apoio:** Verificar junto a CPM/SEDS.- Reunião
79 Descentralizada: **Data/ horário:** Conforme as propostas acima (turno único), a disponibilidade do local e os
80 horários das passagens aéreas. **Local:** A definir/ no mesmo local do evento e/ ou no ER de Foz do Iguaçu.
81 **Pauta:** A definir - **Parecer da Comissão:** Aprovado os encaminhamentos propostos. **Parecer do CEDM/PR:**
82 Aprovado. Incluir na programação da Reunião Descentralizada e na atividade cultura da Ampliada, temas
83 referentes ao mês da consciência negra (ver contato com a conselheira Ana Raggio). A atividade das Boas
84 Práticas Municipais estará aberta para apresentações relacionadas a política da mulher como um todo,
85 conforme os trabalhos inscritos. A Comissão aprovou esse modelo. O colegiado ressaltou ser importante a
86 realização de uma manifestação cultural voltado ao tema da Consciência Negra. Como sugestão a realização
87 de painéis. Definir um tempo máximo para a inscrição das boas práticas (ações exitosas e até mesmo
88 dificuldades). Complementando, a **Conselheira Livia Dinz Lopes Sola,(FAMOPAR)** sugeriu não dar ênfase
89 somente à raça negra, mas estender ao universo de abordagem a todas as raças, evitando assim qualquer
90 possível discriminação. A **Conselheira Lirani Franco (APP-SINDICATO)** foi enfática ao afirmar que as
91 mulheres negras precisam ser evidenciadas, uma vez que detém um maior sofrimento em suas vidas. É o
92 momento apropriado para abordar essa triste realidade. Afirmou manter a defesa da data de 20/11. Cabe ao
93 CEDM levar esse debate aos Municípios, pensando em efetivas Políticas Públicas para essas mulheres.
94 Considerou a **Conselheira Melissa Colbert Bello (SEED)**, ter sido muito rico o momento da elaboração do
95 Plano, no que se refere ao recorte do emprego e renda e todas as outras especificidades. Endossou a
96 importância de aprofundar mesmo, olhando para o Plano. A representante do Ministério Público Janaína,
97 afirmou que realmente o maior número de violências é dirigido às mulheres negras, na verdade o principal alvo



98 do feminicídio. Retornou a **Conselheira Maria Elvira de Araújo (ASSEMPA)**, afirmando que em Foz do
99 Iguaçu residem também muitas muçulmanas, assim, seria muito positivo que o painel principal abrangesse
100 todas as mulheres. Pedindo a palavra, a **Conselheira Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP)**, pontuou que as
101 trabalhadoras rurais passam também por inúmeras dificuldades, já que essa reunião será descentralizada,
102 incluí-las também, até pelo fato da instrução. É mais do que necessário Políticas Públicas, visando o não
103 fechamento das Escolas Rurais. A Conselheira relatou: " sabe-se plantar e colher, porém da porteira para fora,
104 não se existe mais". Da parte da **Conselheira Anacélie de A. Azevedo (CUT)**, veio a afirmação que se deve
105 planejar os recursos, para a confecção dos painéis. Olhar para as minorias que representam uma parcela
106 muito significativa. Tratar sobre a violência específica, existente nas regiões de fronteira. Abordar várias etnias,
107 não desqualificando as mulheres negras. A **Vice-Presidente Carmem Ribeiro** alertou: pensar nas realidades
108 vivenciadas então pelas mulheres rurais, quilombolas e indígenas. Contribuindo, a **Conselheira Déborah**
109 **Branco Godinho Castro (UBM/PR)** recomendou não perder os momentos da troca de experiências,
110 distribuindo e interligando alguns temas. A **Conselheira Melissa (SEED)** registrou esse momento como bem
111 importante, já que cada população tem suas especificidades. • **Item 6 – Relato da Reunião no IML: -**
112 Reunião realizada no dia 21/08 no IML, presenças: SESA, Casa Civil, SESP, CEDM e CPM/SEDS. A
113 **Conselheira Raquel K. De Muzio Carvalho Bampi (SESA)**, informou que a SESA expôs uma proposta de
114 integração entre as competências da perícia. Segundo a técnica, a reunião tomou um rumo que não era
115 proposto. Em contato, **Dra. Denise**, chefe de Clínica do IML, considerou: quem deve colher os vestígios é o
116 **perito**, que por sinal não existem em todas as regiões. A SESA tem capacitado médicos, porém o IML não
117 concorda: a opinião do **Diretor Dr. Paulino Pastre**, é que a vítima deve se deslocar até o IML mais próximo,
118 onde os municípios podem providenciar carros para levar a vítima. Assim, ocorreram discussões sobre a
119 realização da coleta de vestígios, onde foi citado a Lei Federal, nº 12.845/2013 que dispõe sobre a
120 obrigatoriedade dos hospitais da rede SUS em oferecer atendimento emergencial, integral e multidisciplinar à
121 pessoa em situação de violência sexual. A **vice-presidente Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de**
122 **Saúde)**, mostrou-se preocupada diante do resultado da reunião, afirmando que ao longo dos dezoito anos em
123 sua vivência na área da política de saúde, foi construído um fluxo de atendimento, e do ponto de vista de um
124 diretor, pode-se colocar em risco todo trabalho realizado, ocorrendo regressões. O motivo da reunião era o
125 aprimoramento do fluxo de atendimento e agora o conselho se vê diante dessa realidade. A **conselheira**
126 **Raquel (SESA)**, informou que o serviço encontra-se estruturado, onde são 4 hospitais de referência para o
127 aborto previsto em Lei, mais 22 para atendimento inicial de coleta de vestígios, com a efetivação da ação
128 continuada de capacitações aos profissionais e como encaminhamento, a mesma apresentará os dados do
129 monitoramento dessa ação. A conselheira **Dra. Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil)**, relatou que nessa
130 reunião foi proposta a constituição de um grupo de trabalho, onde o diretor está disposto a conversar e
131 negociar, próxima reunião agendada para o dia 19/09. A conselheira **Maria Lúcia Gomes (ASSEMPA)**
132 questionou sobre a realização de capacitações nas Regionais de Saúde. A Representante da SESA, a
133 **Conselheira Raquel Bampi** esclareceu que os médicos são capacitados pelo perito do IML, visando efetuar a
134 coleta dos vestígios. Segundo informado, o Diretor do Instituto Médico Legal considera que essa tarefa deve
135 ser executada por profissionais do próprio IML, visando preservar a qualidade. Como encaminhamento, a
136 SESA deverá convidar o Dr. Paulino para participar da comissão da Saúde da Mulher, com a apresentação do
137 Fluxo de atendimento estabelecido, sugerindo também, o envio de um ofício do CEDM/PR ao IML, reforçando
138 a existência de um protocolado instituído por lei que deverá ser cumprido. Encaminhamento este aprovado
139 pelo colegiado. • **Item 7 – Informes: 7.1 – GT Feminicídio -** Comentou-se que a próxima reunião do GT
140 ocorrerá no dia 11/09, fechando o ciclo no dia 25/09, com a apresentação do protocolo que tem como objetivo,
141 a definição dos procedimentos e qualificação dos crimes como feminicídio, onde será destacado como
142 recomendação, que a condução do inquérito seja realizado junto a delegacia de homicídios para um melhor
143 aparato na investigação. **7.2 – Audiência Pública no STF relativa à descriminalização do aborto: -** A vice-
144 presidente Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista) informou que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
145 adotou a nota produzida pelo CEDM/PR. **Inclusão de Pauta:** Ofício nº 095/2018 do TRE, referente à



146 publicação do Plano Estadual: - em resposta ao ofício 018/2018 do CEDM/PR, referente a autorização da
147 publicação, impressão e o lançamento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Paraná,
148 obteve-se a informação, de que o referido material por não se tratar de caso grave e urgente necessidade
149 pública, fica vedada a publicidade institucional nos três meses anteriores à eleição, conforme dispõe o § 1º do
150 art. 37 da Constituição Federal. • **Palavras das Conselheiras:** - Maria Marucha (FETAEP) comentou sobre a
151 realização do evento promovido pela FETAEP em parceria com a Emater nos dias 13 e 14/09/2018; Anacélie
152 de Assis Azevedo (CUT) propôs a organização de um momento de debate sobre a Mulher Indígena, citando o
153 dia Internacional da Mulher Indígena, representado no dia 05/09. Complementando, a conselheira Maria Lúcia
154 Gomes (ASSEMPA) ressaltou, que na SESA a mulher indígena é lembrada e possui dados sobre os
155 diagnósticos de atendimento. Lirani Maria Franco (APP Sindicato) lembrou o dia 30/08 de 1988 que marcou a
156 luta dos professores por melhores condições de trabalho e cobrou retorno do encaminhamento do CEDM/PR
157 com relação ao agendamento da reunião com a governadora do Estado, referente a redução salarial das
158 professoras da rede estadual de ensino durante a licença maternidade. A SEC/CEDM informou que o ofício foi
159 encaminhado e protocolado junto a Casa Civil no dia 16/08/2018, sem retorno até o momento; Marcell de
160 Camargo (CIAF) informou sobre o evento a ser realizado no dia 13/09, com o Conselho de Ministros
161 Evangélicos do Paraná, com objetivo de promover a conscientização e mobilização das Igrejas sobre a
162 violência contra a mulher. Finalizando a reunião, a vice-presidente Carmen Regina Ribeiro, agradeceu a
163 presença de todas. A presente ata foi redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS),
164 digitada por Barbara Santos Freitas, sendo a Secretária Executiva Juliana Muller. O documento após aprovado
165 será inserido no site do CEDM/PR.
166